

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ENTRE OS SISTEMAS APOSTILADOS DE ENSINO PRIVADO (SAEP) E O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT

Nayhara Mirelli Moraes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
nayharamireli@hotmail.com

Marilda de Oliveira Costa
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
marildacosta@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A finalidade do presente texto foi analisar as implicações das parcerias público-privadas entre os sistemas apostilados de ensino privado (SAEP) e o poder público municipal de São José dos Quatro Marcos, no estado de Mato Grosso, no período de 2007 a 2017. A pesquisa centrou-se em um estudo de caso de abordagem qualitativa, cujos mecanismos para a coleta de dados constituíram-se de análise bibliográfica e documental, além de entrevistas semiestruturadas. O campo investigatório ocorreu na rede municipal de ensino do município de São José dos Quatro Marcos.

A pesquisa considerou as grandes transformações que ocorreram mundialmente em um contexto de crise capitalista e suas influências para a educação e as implicações da reforma do Estado pós-1990, resultando na implementação de políticas públicas educacionais, antes executadas pelo poder público e gradativamente transferidas ao setor privado, mas financiadas pelo Estado, caracterizando, assim, novas formas de privatização da educação.

DESENVOLVIMENTO

No município de São José dos Quatro Marcos, a parceria público-privada iniciou em 2007 com a aquisição do SAEP da editora Positivo para a educação infantil (creche – 3 anos e pré-escola – 4 e 5 anos). Em 2009, a gestão muda, mas não a intenção de continuar a parceria. No entanto, escolheram a editora FTD, que ofereceu um preço bem inferior ao das grandes marcas. Essa parceria permaneceu durante a gestão 2009-2012. Em 2013, com a mudança de prefeito, a nova secretária de educação decidiu interromper essa parceria, na qual a educação

infantil permaneceu sem o SAEP durante gestão 2013-2016. Já em 2017, quem era o secretário de educação na gestão de 2009-2012 tornou-se prefeito do município e um dos primeiros atos dele foi retomar com o SAEP na educação infantil.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD), em seus artigos 70 e 71, há ciência do que deve ou não ser considerado despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Pela interpretação do gestor do município de São José dos Quatro Marcos, a compra das apostilas configura-se como aquisição de material didático-escolar. Então, juntamente ao Tribunal de Contas do Estado e o Portal da Transparência, procuramos quais foram os custos com a aquisição das apostilas nos anos de parcerias com SAEP Positivo e FTD e a rede municipal de educação do município de São José dos Quatro Marcos. Não foi possível ter acesso a esses valores através de documentos da prefeitura, por alegarem que estariam disponíveis no Portal da Transparência do *site* da prefeitura.

Quadro 1 – Custos com a aquisição das apostilas nos anos de parcerias com o SAEP

SAEP/Ano	POSITIVO 2008	FTD 2009	FTD 2010	FTD 2011	FTD 2012	FTD 2017
Materiais - valor (R\$)	63.113,95	4.068,53	2.392,75	11.000,00	22.638,40	59.976,00
	24.762,70	20.548,75	26.112,85	17.730,00	22.829,30	-
	-	-	-	14.375,00	8.632,20	-
Total	87.876,65	24.617,28	28.505,60	43.105,00	54.099,90	59.976,00

Fonte: Elaborado pela autora com base no TCE e Portal da transparência.

Os dados do financiamento mostram que o orçamento despendido com as aquisições das apostilas é bem irrisório, por isso, o prefeito nas gestões de implantação e implementação justifica essa aquisição.

Depois do levantamento bibliográfico e documental, foram realizadas entrevistas com os seguintes sujeitos, inseridos nesse processo: prefeito (1), secretário(a) de educação (3), diretores (2) e professores (4).

Diante das entrevistas podemos refletir sobre alguns pontos: o SAEP antecipa os conteúdos do ensino fundamental ignorando as orientações da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010); a formação oferecida pelo SAEP é um treinamento para o uso do material, ou seja, o foco é nas apostilas, oferecendo, assim, um empobrecimento da função docente.

Outro aspecto evidenciado é a realidade das escolas que não condiz com a das apostilas, pois há uma padronização dos conteúdos, o que interfere no trabalho

pedagógico do professor, pois terá que adequá-lo para sua realidade. Isso está evidente na fala de uma das professoras:

Mas o ponto crucial é a realidade da gente, ela não atinge, eu lembro de uma imagem de uma criança brincando na praia, e pedi pra criança observar a cena, isso porque na época eu trabalhava na zona rural, então acaba você se adequando [...]. (Professora).

E, por último, há uma discrepância nas concepções de infância e de educação infantil entre as orientações do Ministério da Educação (MEC) e os conteúdos do SAEP. Um dos eixos orientadores para a construção do currículo na educação infantil, abordado no DCNEI (2010), são as interações e brincadeiras e isso não é trabalhado nas apostilas. Oliveira (2010) explica que o brincar dá à criança oportunidade para imitar o conhecido e construir o novo; assumir papéis diferentes e, na interação com o outro, aprender a coordenar seu comportamento, desenvolvendo habilidades variadas e sua própria identidade.

Nesse caso, conforme Peroni e Caetano (2015, p. 340), houve a privatização do “conteúdo da proposta”, pois o privado assumiu a direção das políticas educativas e definiu a “produção e apropriação do conhecimento”. As estratégias de privatização do público e das parcerias com o terceiro setor mercantil, como fundações e institutos ligados a empresas do mercado, é parte constitutiva de redefinição do papel do Estado.

Caetano e Costa (2018) afirmam que essas iniciativas alteram a lógica de gestão do público, apresentando o mercado como parâmetro de qualidade, na qual viabilizam a reprodução do capital pela educação como mercadoria, ou seja, “a ampliação dos mecanismos de mercado no interior do público para que o Estado possa dividir e/ou repassar as responsabilidades e ações para o setor privado.” (p. 256).

CONCLUSÕES

Considerado os dados da pesquisa, constatamos alguns aspectos sobre o SAEP na educação infantil, indicando que:

- a proposta empresarial de educação reafirma a sua condição de mercadoria;
- o SAEP antecipa os conteúdos do ensino fundamental ignorando as orientações do DCNEI;

- a formação oferecida pelo SAEP é um treinamento para o uso do material, ou seja, o foco é nas apostilas, oferecendo assim um empobrecimento da função docente;
- há uma discrepância nas concepções de infância e de educação infantil entre as orientações do MEC e os conteúdos do SAEP.

Freitas (2018) afirma que a educação elevou-se a uma posição como o componente das fórmulas de aumento da produtividade e de competitividade das empresas no cenário internacional atual, à medida que a mão de obra barata foi se fazendo escassa no Brasil. É essa contradição entre ter que qualificar um pouco mais e, ao mesmo tempo, manter o controle ideológico da escola, que move os reformadores empresariais a disputarem a agenda da educação, visando abrir o campo educacional para “empresas educacionais confiáveis” do mercado de consultorias, materiais didáticos, avaliação, venda de tecnologia entre outras, que operam na difusão de métodos tecnicistas e introduzem nas escolas processos de gestão verticalizada. Isso exige que se desmoralize o professor, que se mobilizem as forças conservadoras e de senso comum da sociedade em apoio às suas teses com auxílio da mídia, e que se privatize a operação das escolas.

A aquisição do SAEP na educação infantil pelo município de São José dos Quatro Marcos implicou em uma gestão verticalizada, na qual o prefeito decidiu implantar e implementar o SAEP na educação infantil. Os dados do financiamento mostram que os valores investidos são irrisórios, por isso, justifica-se a aquisição das apostilas. No entanto, o trabalho pedagógico é o mais prejudicado, pois o conteúdo da educação é padronizado, modificando assim os processos pedagógicos, em que a autonomia do professor está restrita a uma apostila.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasil: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)**. Brasília, DF, 2010.

CAETANO, Maria Caetano; COSTA, Marilda de Oliveira. Gerencialismo, internacionalização da educação e o papel da Teach For All no Brasil. **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 48, 2018.

FREITAS, Luiz C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PERONI V. M; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? *In*: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...], Belo Horizonte, 2010.